
REFLEXÕES DIDÁTICAS SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO NA GEOGRAFIA

Reflexiones didácticas sobre el concepto de región en la Geografía

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega
Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo- USP
nobregap84@gmail.com

Artigo recebido em 15/01/2015 e aceito para publicação em 12/06/2015

DOI: [10.12957/tamoios.2015.14458](https://doi.org/10.12957/tamoios.2015.14458)

Resumo

A Geografia e os geógrafos são constantemente acionados para “prestar” esclarecimentos sobre abordagens e definições conceituais da região e a sua aplicabilidade, a regionalização. Sempre que acionados, há uma necessidade de revisão das diversas transformações teóricas e metodológicas que o conceito de região sofreu ao longo das escolas do pensamento geográfico. Posicionando-nos com base em uma perspectiva materialista, histórica e dialética, apresentamos as sutilezas e as principais encruzilhadas que o conceito de região participou ao longo da história do pensamento geográfico e consolidamos a perspectiva de que a região e os processos de regionalização apresentam elementos referenciais que comprovam a centralidade do modo de produção na construção de lógicas regionais capazes de revelar as semelhanças e diferenças que particularizam o espaço geográfico, sem com isso revalidar as perspectivas clássicas da Geografia, ou regredirmos para uma definição de uma superestrutura econômica; é preciso perceber as divergências e simultaneidades que compõem o processo histórico que iluminam os processos regionais do presente.

Palavras-chave: Região, Regionalização, Geografia.

Resumen

La geografía y los geógrafos son constantemente llamados a “prestar” esclarecimientos acerca de las abordajes y definiciones conceptuales de la región y su aplicabilidad, la regionalización. Siempre que la geografía y los geógrafos son convocados hay una necesidad de revisión de los diferentes cambios teóricos y metodológicos que el concepto de región ha sufrido a lo largo de las escuelas del pensamiento geográfico. Ubicándonos bajo la perspectiva materialista, histórica y dialéctica presentamos las sutilezas y las encrucijadas que el concepto de región participó a lo largo de la historia del pensamiento geográfico y consolidamos la perspectiva de que la región y los procesos de regionalización presentan elementos referenciales capaces de revelar las semejanzas y diferencias que individualizan el espacio geográfico, sin con eso revalidar las perspectivas clásicas de la Geografía, o regresarnos hacia una definición de superestructura económica; es necesario percibir las divergencias y simultaneidades que componen el proceso histórico que iluminan los procesos regionales del presente.

Palabras claves: Región, Regionalización, Geografía.

NOTAS INTRODUTÓRIAS: AJUSTANDO O FOCO SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO

Trabalhar com a ideia de *região* traz consigo um conjunto de dilemas relacionados à aplicação e/ou ao seu significado. Qualquer tentativa de dar forma única a região acabará sendo reducionista, implicará na limitação do seu uso, numa visão parcial e vulgarizada do seu alcance.

Assumimos que a região é uma realidade, ainda que essa realidade tenha que ser capturada pelo pesquisador; ainda que necessite ser entendida para além da aparência, ela é um fato espacial, existe como fenômeno geográfico, sendo a sua abordagem reconhecida e analisada pelo pesquisador.

O termo região deriva do latim *regio* que tem como raiz o prefixo *reg* que surge do significado de regência, de regra, de regente. Antes de tudo esta raiz tem um fundamento político-territorial na divisão do Império Romano, assim, o termo tem inevitavelmente uma expressão política, um reflexo do poder romano materializado em um recorte espacial; assume assim uma referência a domínio; limite. (CORRÊA, 1986; MARCON, 2012). Um resgate mais apurado do conceito nos leva a caminhar por uma trilha de constantes variações e ressignificações. Faz-se necessário entender que a polissemia atrelada ao significado da região se dá em um triplo movimento, que pode aparecer como coexistências ou como momentos separados, o que não nega simultaneidades.

O primeiro momento está relacionado ao uso do conceito a partir do senso comum¹, aqui a região é entendida a partir de seus critérios de localização, dando uma ideia de extensão de um elemento ou um conjunto deles. Em geral, a ideia de região, associada ao senso comum, não tem uma definição clara de critérios e não tem vinculação e acuidade com a escala geográfica. A região, no senso comum, tem relação com uma miríade de componentes que possibilitam a compreensão de objetos e fenômenos em um espaço geográfico, em uma perspectiva, e, compõe o quadro referencial de localização de objetos mais ou menos semelhantes que podem variar desde a definição de zonas da atmosfera até o agrupamento de partes do corpo humano², em outra perspectiva.

O segundo movimento é histórico³ (temporal e espacial), ou seja, a compreensão do termo região sofre alterações ao longo do tempo, quer seja porque novas abordagens são incorporadas ou desenvolvidas com a evolução do conhecimento científico, quer seja pela forma como a sociedade incorpora os discursos técnicos, políticos, acadêmicos e científicos sobre a região e sobre os processos de regionalização, uma vez que a reprodução da vida se

assemelha a uma totalidade aberta e em processo constante de retotalização, o que faz com que ao longo do processo histórico as bases para a reprodução da vida sejam alteradas. Entretanto, definições antigas e novas coexistem montando um cenário complexo e muito abrangente para o mesmo termo.

O terceiro movimento tem a ver com as práticas sociais que mudam o sentido da região e a maneira como os elementos de regionalização são capturados e envolvidos no processo de reprodução das relações sociais; é um movimento que aponta para o entendimento do tempo presente como campo de realização e efetivação da região⁴. O movimento de apreensão do conceito de região se assemelha ao território e daí emergem as relações de poder, o modo de produção e as relações sociais como elementos fundamentais para dar sentido à região e ao processo de regionalização. O ajuste da escala como um contraponto entre o local e o global assume um lugar fundamental para a localização mais coerente acerca da realização da região como fenômeno geográfico, fazendo com que a contiguidade espacial perca a centralidade no processo definidor da região, assim novos mecanismos mais flexíveis revelam a dimensão do conceito e sua materialidade.

Na esteira deste movimento triplo é preciso reconhecer a construção histórica como elemento que compõe a herança possível e necessária para entender a complexidade do conceito de região, não obstante, não podemos desconsiderar os avanços do tempo presente e as chaves analíticas que emergem como derivados da prática social.

Tradicionalmente, a aplicação do conceito de região se dá através da ação ‘regionalizadora’ atribuindo critérios comuns que se identificam através das unidades de análise. A região se realiza com base em uma homogeneidade evocada pelo pesquisador, a região, assim, é considerada como uma abstração, fruto de uma ação administrativa e burocrática.

Na contemporaneidade, o entendimento de processos multiescalares tornou capaz de revelar que a região obedece a fenômenos muito mais complexos, permitindo-nos ampliar os sentidos da regionalização, o que faz emergir o reconhecimento de regiões através da articulação do seu conteúdo por meio das redes (em perspectiva ampla).

A região como um conceito polissêmico se configura como um dos maiores desafios ao geógrafo. Principalmente porque muitos pesquisadores tentam enquadrá-la como um elemento de leitura única e universal.

REGIÃO: UM CONCEITO GEOGRÁFICO

Ainda que de maneira bastante diferente do que se convencionou trabalhar com a região⁵, ao final do século XVIII, alguns grandes pensadores tinham uma ideia do que poderia ser esse conceito.

Os textos de Estrabão podem ser considerados os primeiros estudos regionais, pois seus recortes analíticos são estabelecidos segundo a composição territorial das civilizações. No século VII, Bernardo Varenius realiza estudos regionais, como os descritos em Geografia Geral, publicada em Amsterdã em 1650 (MARCON, 2012, p. 33).

É preciso reconhecer o grande esforço empreendido pelos geógrafos para dar sentido a esse conjunto de elementos que compõe o saber geográfico, por isso, a ciência precisou de uma grande organização epistemológica, o que não se deu sem crises.

Para seguir as reflexões sobre o conceito de região vou tomar emprestado as cinco concepções de região definidas por Fonseca (1999)⁶. Cada momento marca uma trajetória do conceito, o que me parece mais importante é a tentativa de entender os mecanismos que envolvem a produção do espaço e assim entender como esses elementos se relacionam com a questão regional.

(...) a relação entre a ciência geográfica e seu aporte teórico, constituída pelas suas categorias de análise e seus conceitos, em determinados períodos e circunstâncias apresenta sinais de rupturas e bifurcações, obrigando-nos a uma revisão conceitual para entender a história do presente (MARCON, 2012, p. 31).

A redução feita por Fonseca (1999), que tomo emprestada neste texto, serve apenas de instrumento didático, não tem a ver com a definição epistemológica, nem tem a pretensão de estabelecer marcos teóricos ou metodológicos para o estudo da região, apenas introduz perspectivas possíveis, discutiremos a região como: *a*) região singular, *b*) região como classes de áreas, *c*) região de vivência, *d*) região do capital e *e*) região do poder, além de realizar uma *f*) análise regional da contemporaneidade.

A) Região Singular

A Geografia possui uma tradição nos estudos regionais e por isso a ideia de região antecede a construção dos conceitos frente a uma Geografia institucionalizada. Entretanto, a região assume um papel de destaque a partir do final do século XIX com estudos realizados

na França e na Alemanha. Depois disto os ingleses e os estadunidenses seguem a pista e elaboram reflexões sobre a região no âmbito dos estudos geográficos.

Os estudos sobre região tinham como nexos centrais a relação da sociedade com a natureza e como a forma de organização das sociedades gerava elementos capazes de pôr um sentido para a produção cultural de cada grupo social. Os grupos sociais mais desenvolvidos conseguiam sair da sua condição de natureza, enquanto os grupos sociais com menos recursos ficavam limitados às imposições dadas pelo quadro natural.

Os dois principais geógrafos desta época são Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache⁷, que apesar de uma querela posta por Lucien Febvre⁸, como aponta o professor Mercier (2009, p.7), têm teorias muito semelhantes, que entendem a região, o estado e a sociedade a partir de uma chave interpretativa comum.

De uma forma geral é possível apontar que o centro do debate sobre região pousava no entendimento sobre a *Região Natural*. Apesar de Fonseca (1999, p. 90-91) atribuir a origem do conceito de região natural à Ratzel, o conceito desenvolvido pelo geógrafo alemão era o de espaço vital (*Lebensraum*), enquanto o termo “região natural” aparece várias vezes na obra do geógrafo francês Vidal de la Blache (MERCIER, 2009).

Ao longo da construção do pensamento geográfico fomos reproduzindo o viés dado por Lucien Febvre e nos afastamos consideravelmente da obra de Ratzel. Por isso, parece-nos muito fácil considerar o possibilismo e o determinismo como dois polos opostos, e como a Geografia brasileira é herdeira direta da Geografia francesa, entre nós é muito comum considerar que Vidal de la Blache foi o principal pensador a entender que a possibilidade dos grupos sociais superarem as imposições da natureza estava centrada na forma como este grupo seria capaz de produzir cultura e modificar essas imposições ambientais a partir do uso da técnica, entretanto já residia em Ratzel muitos destes elementos⁹.

A região natural também apresenta outras raízes, como em Köppen e em Hebertson, também localizados temporalmente no final do século XIX, estes autores entendiam que as regiões eram fundamentalmente formadas por elementos físico-naturais, numa posição bastante diferente daquela de Ratzel, enquanto Ratzel faz emergir uma lógica política de construção das relações de domínio de uma área através do Estado em diálogo com a base natural, estes outros pensadores compreendem a região natural como um recorte da superfície terrestre que tem seus limites e área definidos a partir de um conjunto múltiplo de escalas territoriais que tem como característica fundamental a uniformização deste recorte através da combinação e/ou integração dos elementos da natureza.

Como reflexo desta forma de pensar a região foi desenvolvido um conjunto de regionalizações baseadas em critérios puramente naturais, uma dos exemplos mais clássicos é a proposta de regionalização de Hebertson¹⁰. Esta proposta de regionalização divide a terra em região polar, temperada fria, temperada quente, tropical, montanhosa subtropical, terras baixas e úmidas equatoriais. A contribuição de Hebertson (1905) é uma das mais importantes para a construção teórica e prática da região natural. Esta forma de regionalizar, ainda que localizada em um momento histórico, persiste até hoje como forma de identificação geral de grandes regiões do globo.

No Brasil uma das contribuições mais claras frente a essa forma de pensar a região se deu na primeira metade do século XX com os esforços do Instituto de Geografia e Estatística em promover uma divisão regional para o Brasil. Nesta ocasião o chefe do Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, o professor Fábio Macedo Soares Guimarães, propôs a divisão do país por macrorregiões naturais¹¹.

No seio da região singular emerge o possibilismo e o que convencionou chamar de *Região Humana*. Um dos conceitos centrais vinculados a essa maneira francesa de analisar as regiões é o gênero de vida. Assim, a região e a paisagem se aproximam muito, pois o sentido da região está embasado nos princípios da relação sociedade natureza e na capacidade da sociedade transformar os elementos naturais, o que promove a emergência de uma região cultural, que tem como base elementos físico-naturais, mas o transcende através da técnica.

A região geográfica era considerada como uma entidade concreta e viva, supondo evolução e um estágio de equilíbrio e abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso e equilibrado componentes humanos e da natureza. No limite, região e paisagem são considerados conceitos equivalentes na dimensão do possibilismo. O que importa é que na região haja uma combinação específica da diversidade, uma paisagem que acabe conferindo singularidade àquela região. Por isso, os processos regionais superam uma definição arbitrária e matemática, uma vez que a região se vive como experiência e consequência da vida¹².

Mesmo com todos os esforços em mostrar os pontos divergentes, parece-nos completamente plausível a reconsideração sobre as diferenças entre o possibilismo e o determinismo. A noção geral ou o ponto de partida é que o homem está submetido a sua condição de natureza por razão de necessidade da existência. Tanto Ratzel quanto Vidal de la Blache concordam que a única maneira o homem satisfazer as suas vontades para além das imposições de natureza é através da técnica.

Assim, para satisfazer suas necessidades, o Homem empregaria meios técnicos que, dependendo das invenções e das imitações, seriam aperfeiçoados no curso da história. Por causa desse progresso, o Homem se tornaria mais capaz na exploração das múltiplas possibilidades oferecidas pela Natureza e, conseqüentemente, menos dependente das condições naturais locais (MERCIER, 2009, p. 28).

Tanto para Vidal de la Blache quanto para Ratzel o sentido da construção da vida social está na possibilidade do homem agir na organização espacial das sociedades, por isso quanto mais rudimentar os meios técnicos de uma sociedade, maior é o nível de vinculação com a natureza, neste estágio a natureza age como barreira e corte na continuidade regional.

Quando há um domínio das técnicas e as sociedades são capazes de contornar as imposições naturais, os grupos sociais trocam códigos e elementos de forma inter-regional, estas trocas inter-regionais proporcionam um código comum entre os diferentes e a partir daí se podem construir relações nacionais. Entra em cena a força aglutinadora do Estado, que funciona como uma grande unidade que representa os sentidos partilhados em conjunto entre os diversos grupos sociais em diálogo de troca de experiências e modo de vida.

Além da pseudo-polarização entre determinismo e possibilismo a região singular abriga ainda outros pensadores e outras dinâmicas. Faz-se indispensável pontuar a importância de Alfred Hettner e seu discípulo Hartshorne, além de Cauer Sauer.

Hettner é considerado um dos maiores nomes da Geografia Alemã do século XX, ele vai além de Vidal de la Blache na definição de um método regional para a Geografia (CLAVAL, 1981, p. 64). A ação geográfica integradora e regional faz com que Manuel Correia e de Andrade (1987, p. 126) defina Hettner como o geógrafo para quem “a Geografia é, ao mesmo tempo, a ciência da natureza e do homem”. E por isso ele propõe uma geografia que estude a diferenciação de áreas, como propõe Moraes (2005). Os estudos de Hettner apontam que as particularidades das parcelas espaciais estão em inter-relação entre os fenômenos de cada localidade.

A Geografia assumiria, em Hettner, uma forma corológica e por isso não estava presa a um sistema de leis e normas (sistema nomotético), nem a decifração de códigos antigos (sistema ideográfico). Surge então a região como a síntese da Geografia em que os fenômenos todos reunidos dotavam um lugar de particularidades e especificidades¹³.

Hartshorne é o discípulo mais conhecido de Hettner, ao menos no Brasil, a publicação de Propósito e Natureza da Geografia é uma das maiores fontes de divulgação e conhecimento das ideias de Hettner citadas através da articulação e elaboração sofisticada de Hartshorne.

Em sincronia com os estudos de Hettner, o método da Geografia em Hartshorne é “regional, uma vez que busca a síntese através da integração de fenômenos heterogêneos” (FONSECA, 1999, p. 91). A diferenciação de áreas, em Hartshorne, não é entendida com base nas relações entre o homem e a natureza, mas reside na integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra¹⁴.

Em Sauer, assim como em Vidal de La Blache e em Hartshorne, a região se assemelha bastante à paisagem. Haesbaert (1999, p. 18) anota que, mesmo com as semelhanças, a obra de Sauer parece ficar no meio do caminho entre Vidal de la Blache e Hartshorne, o principal motivo é que Sauer agrega racionalismo à região e quer alcançá-la através de uma “morfologia da paisagem”. De acordo com Haesbaert (1999), Sauer “não se preocupava apenas com o único, o singular, mas também com a comparação dessas “paisagens individuais”, num “sentido corológico pleno, isto é, a ordenação de paisagens culturais”.

A tradição regional aferrou uma marca aos estudos geográficos e deu a dimensão do trabalho do geógrafo no contexto das demais ciências sociais. A região, neste período, apresenta-se primeiro como noção, os estudos se sofisticam e ela surge como conceito e campo de disputa de abordagem dentro da ciência geográfica para em seguida adquirir status de método e ter contribuição de grandes geógrafos. Após este período temos uma espécie de “morte” do conceito de região na geografia com a emergência do positivismo lógico e da corrente teórica e quantitativa no pensamento geográfico.

B) Região como Classe de Áreas

A década de 1950 inicia com um novo conjunto de influências teóricas pelo mundo, há uma espécie de “revolução teórico-quantitativa” (FONSECA, 1999, p.92) que impõe uma lógica formal e matemática em que todos os fenômenos sociais deveriam provar a sua pertinência através de modelos e cálculos, o que levou às ciências humanas e sociais a um período de grandes mudanças nas bases teóricas e conceituais. A grande marca desta época é a emergência das concepções positivistas de ciência e de mundo, tendo a dedução como um elemento fundamental para se estabelecer análises acadêmicas.

A região era definida como uma reunião de classes de áreas que possuem similaridades na sua organização interna; capazes de revelar muito mais semelhanças que divergências, assim estes lugares se organizam em uma espécie de bloco ou grupo homogêneo, o que os torna facilmente diferenciáveis daqueles que não compõem os mesmos padrões organizacionais¹⁵. Entretanto, a elaboração destes critérios é feita tendo como base a

noção do espaço geográfico como uma planície isotrópica, ou seja, que não possui diferenças de forma ou conteúdo, sendo facilmente analisado através de planos, croquis e mapas generalizadores.

Deste universo epistemológico a região surge, enfaticamente, como uma *classe de área* capaz de ser atingida por meio de métodos e técnicas quantitativas. Esta nova abordagem da região faz com que a possibilidade analítica seja reduzida a um plano abstrato, ou como põe Fonseca (1999, p. 92), “a região deixa de ser um objeto concreto de análise para se transformar numa criação intelectual, definida a partir de procedimentos classificatórios, originários das ciências naturais”.

Com a transformação da região em um elemento abstrato e intelectual, os métodos de leitura regional se limitam a técnicas estatísticas descritivas, fazendo com que os trabalhos de campo, as famosas pesquisas empíricas, consagradas como o principal laboratório do geógrafo, fossem substituídas por planilhas, cartogramas e pelo gabinete de pesquisa, uma vez que não era mais necessário nenhuma base empírica para comprovar as certezas matemáticas e geométricas.

Haesbaert (2002) propõe que houve, neste macro-momento referencial uma primeira morte da região, pois, acusada de impedir a construção de leis gerais, a região seria simplificada e se tornaria um conjunto de números ou formas geométricas.

A primeira “morte” teria sido decretada nos anos 1950-1960 pelo cientificismo neopositivista da chamada *New Geography* ou Geografia quantitativa, de matriz anglo-saxônica, frente ao amplo domínio na Geografia Clássica, especialmente a de matriz francesa, lablacheana, acusada de priorizar o único e impedir assim a construção de leis universais; quando não propagava o “fim” da região destacava a sua grande fragilidade conceitual (como resgate da região como simples classe de área, em Grigg, 1974) (HAESBAERT, 2002, p. 6).

Como bem demarca Marcon (2012), depois de concebida como um elemento abstrato, a região passa a ser utilizada pelos planejadores em seus estudos regionais. Daí surge os mais diversos elementos para estudar as regiões a partir de critérios lógicos e locacionais, tendo o Estado como principal apoiador desta forma de conceber a região e o espaço geográfico. Estes novos parâmetros e padrões de leitura regional fazem surgir *i)* regiões homogêneas, *ii)* regiões funcionais, *iii)* regiões polarizadas, dentre outras.

Alguns trabalhos anteriores são resgatados e ganham maior força, como por exemplo, a teoria do estado isolado proposta por Von Thünen, a teoria da localização de Alfred Weber e a teoria das localidades centrais de Walter Christaller. A este resgate também se soma a

produção de novas teorias, como a teoria do centro-periferia de Friedman, a teoria dos polos de crescimento de François Perroux, a teoria da propagação das ondas de inovação de Hagerstrand, dentre outras.

i) Região homogênea

A região homogênea consiste na conexão de um conjunto de áreas que assumem características homogêneas, determinadas necessariamente por meios estatísticos. De uma maneira geral a região homogênea é construída a partir de uma necessidade analítica, por isso ela não abarca movimento, os elementos são invariáveis e o fim é direcionado quase sempre ao planejamento do território e para o reconhecimento do uso e ocupação do solo.

De acordo com Breitbach (1988, p. 38), “a região homogênea é a mais simples e a mais conhecida dos geógrafos. Consiste num espaço contínuo onde cada uma das partes constituintes apresentam características tão semelhantes quanto possível”.

A inspiração existente no cerne desta forma de estudar a região se concentra nos elementos morfológicos, e, assim, esta condição se põe como instrumento estático de análise. “As regiões que mais facilmente podem se adequar a esse conceito são as de base agrícola devido à continuidade, à homogeneidade e à ausência de desequilíbrio, características componentes desse tipo de região” (BREITBACH, 1988, 38). Os estudos que têm esse conceito como motor teórico em geral dão conta de analisar áreas produtivas (produção de arroz, cana, mecanização na agricultura, produção de tecidos, etc.).

ii) Região funcional

A região funcional, diferente do que o nome evoca, não tem a ver com uma funcionalidade específica da região, mas sim com o movimento de pessoas, mercadorias, informações, decisões, ideias sobre a superfície da Terra. O grande sentido da região funcional é entender a área de influência de um local sobre o outro, estabelecida através do nível de relacionamento existente.

A região funcional é definida a partir da identificação de um polo, ou zona nodal, nevrálgico, a região funcional existe a partir da concepção de uma rede de influência em que a cidade ou o centro concentrador de serviços e circulação de pessoas, energia e matéria seja suficientemente interessante para se definir como uma espécie de polo. O caráter da funcionalidade regional é realizado através de uma tessitura complexa de relações sofisticadas

de natureza plural capaz de articular e organizar o espaço interno a essa região, fazendo-o diferenciado em relação ao que está por fora.

iii) Região Polarizada

A região polarizada tem relação com a ideia de uma área polarizada a partir de um conjunto de atividades e agentes econômicos. A base para o entendimento da Região Polarizada é a teoria econômica desenvolvida por François Perroux¹⁶, denominada de teoria dos polos de crescimento.

A teoria de François Perroux¹⁷ tem como base, em uma leitura sintética, a instalação de uma indústria motriz em uma área, a partir desta indústria, pela complementaridade da produção, como na indústria de automóvel, ou por uma complexificação produtiva, com base na força produtiva da indústria instalada, outras novas indústrias são atraídas para a área e assim cria-se um polo de crescimento que estimula um circuito produtivo e gera um conglomerado de atividades que dá sentido a existência de uma região.

A preocupação principal de Perroux, através da identificação de polos de crescimento, é demonstrar que a expansão econômica não se dá de maneira equilibrada e homogênea, como propunham os modelos de equilíbrio estático (G. Cassel) e circuito estacionário (J. Schumpeter) (BREITBACH, 1988, p. 29).

A região polarizada, de acordo com Breitbach (1988, p. 39), “se define como um espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares e mantém entre si, e particularmente com o polo dominante, um intercâmbio maior do que o estabelecido com a região vizinha”. Em relação às demais concepções de classe de região, a região polarizada permite essa heterogeneidade evocada e tem como princípio duas noções fundamentais: a de “interdependência” e a de “desigualdade”.

C) Região de Vivência

Com o passar o tempo a região como classe de área perde força, apesar de ser possível encontrar estudos com estas características até os dias atuais. Entretanto, alguns trabalhos de geógrafos começam, principalmente a partir da década de 1970, a realizar abordagens humanistas, fazendo emergir um novo paradigma na ciência geográfica.

Após a década de 70 do século XX, nova abordagem regional é traçada com a incorporação de novos paradigmas à Geografia, reaparecendo o conceito de região no interior da denominada Geografia Humanista apoiada na filosofia do significado, que compreende a região como espaço vivido, baseando-se na

fenomenologia/percepção como pressuposto teórico-metodológico que leva em consideração a subjetividade de cada ser ou grupo social, em que a cultura é a chave para interpretar esse espaço intersubjetivo. A compreensão de que os fatores culturais e a percepção interferem nas ações de organização dos espaços regionais é trabalhada por Jean Luc Piveteau (1969), A. Frémont (1980) e P. Claval (1993). (MARCON, 2012, p. 34).

De acordo com Haesbaert (2005) há uma retomada, ainda que curta, do sentido da região e ela parece ressurgir de forma ressignificada da morte imputada no período anterior. O sentido da região aparece com uma carga psicológica muito grande, em muitos momentos ela dialoga com a construção de relações afetivas no conjunto da experiência entre o indivíduo, a classe e o lugar. A experiência se torna um dos elementos fundamentais para compor o quadro do vivido que preenche de sentido a região como vivência¹⁸.

Os estudos da região com viés humanístico fez ressurgir na Geografia uma vocação cultural que foi abruptamente interrompida com a ascensão do positivismo como o método dos métodos. Assim, a Geografia Cultural pôde retomar um percurso profícuo na construção do saber geográfico.

A tendência humanístico-cultural na Geografia está ancorada na fenomenologia, que prioriza a percepção e entende que qualquer ideia prévia que se tenha da natureza dos objetos deve ser abolida, posto que é por intermédio do vivido que o indivíduo se põe em contato com o mundo dos objetos exteriores e não do concebido. Considerando a incorporação do vivido como sumamente importante para a compreensão do espaço, a Geografia de inspiração fenomenológica defende que a percepção advinda das experiências vividas é uma etapa metodológica relevante para o conhecimento.

A região, no limite, é concebida como um arranjo de características culturais entre um grupo social e um conjunto de lugares. A região é um conjunto de apropriações realizadas a partir de elementos simbólicos que revelam uma conexão dos indivíduos com a terra que ocupam. Esse ponto ocupado no espaço revela grandes conteúdos sentimentais que aferem a cada recorte de terra o grau de lugar, por isso é o espaço em que as pessoas se reconhecem, onde a apropriação se dá através e com o corpo. “Através da identidade cultural, um grupo social identifica-se e é reconhecido pelos demais. Desse modo, o fenômeno cultural vivenciado pelo grupo se expressa no território e serve como parâmetro das formas de organização social” (SILVA, 2012, p. 56).

D) Região do Capital

A região como vivência teve uma importância gigantesca para o retorno da análise do vivido na Geografia. Não obstante a valorização dos elementos antropológicos esvaziou a discussão das questões sociais e a Geografia se afastou do sentido profundo das modificações da vida em sociedade, além do que já não dava conta de entender os sentidos da reprodução da vida que estava fortemente relacionada com o modo de produção e os avanços do capitalismo em todas as esferas da organização social¹⁹.

Esta abordagem está fortemente vinculada ao método histórico e dialético e tem como base analisar a região como um reflexo do modo de produção. Assim, a região ganha um status analítico de totalidade. De acordo com Fonseca (1999, p. 94) “a região é entendida como clivagens socioeconômicas materializadas, devido à dinâmica da acumulação capitalista desigual e combinada”. A região agora aparece como um dos componentes fundamentais na estruturação da vida dos seres humanos.

Apesar dos avanços trazidos pela incorporação do método histórico e dialético, Haesbaert (2005, p. 6) afirma que “a segunda “morte” seria decretada pelo marxismo, ou melhor, por muitos marxistas, principalmente no período inicial de incorporação do marxismo na Geografia, quando a região foi considerada um “conceito-obstáculo””.

Ainda resgatando as análises de Haesbaert esse também diz que houve uma opção dos marxistas por trabalhar com o regionalismo em detrimento da região em sentido estrito, o que faz perder algumas precisões e sofisticções da análise.

Uma grande obra de corte marxista e regional é a produzida por Oliveira (1981), ele tenta entender o sentido da produção regional tomando como ponto para reflexão o nordeste brasileiro. Em elegia para uma re(li)gião Francisco de Oliveira não constrói um análise epistemológica sobre o conceito de região, mas ele aplica o arsenal teórico marxista para entender a regionalização e a construção do nordeste a partir do modo de produção e como este modo de produção cria estruturas sociais e culturais capazes de moldar o sentido da organização espacial e promover elementos fortes de vinculação do social e do político com a região. Fonseca (1999, p. 94) anota que para Francisco de Oliveira a região é o resultado das “diferentes formas pelas quais o capitalismo se reproduz. Além disso, enfatiza também o papel da política como aspecto importante da análise regional”.

A partir da leitura materialista histórica e dialética a região surge como um endereço próprio dentro da divisão internacional do trabalho e como elemento vivo, resultado das

relações sociais de produção. E esse movimento a permite ser reflexo local de um movimento de totalização da vida. A região compõe um dos momentos da totalidade mundo e está inscrita nas relações de produção e revela os sentidos do trabalho e das contradições entre aquilo que se inscreve como agenda coletiva e aquilo que se instaura como agenda da reprodução do capital. Corrêa (1981, p. 45) escreve a região como “resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas”.

Pensando na região para além da questão simplesmente econômica, Fonseca recupera a contribuição de Duarte para entender a região como uma totalidade social. Que seria, em termos, uma reflexão próxima ao que Lefebvre (2006) desenvolve com muito mais sofisticação para o espaço²⁰. Entretanto, apesar de Lefebvre (1970; 2006) e Duarte serem marxistas, ambos estão localizados em polos opostos do pensamento, Duarte assume posicionamentos mais estruturalistas enquanto Lefebvre (1970; 2006) caminha por uma linha histórica.

Estas divergências são fundamentais para demonstrar que não há hegemonias ou pensamento único, mesmo dentro de uma mesma concepção de mundo. Outro elemento fundamental para as análises marxistas sobre a região é a tríade “Terra – Capital – Trabalho”, esse é, no limite, o sentido dos estudos marxistas sobre a região, mostrando as contradições destas relações e evidenciando as construções particulares dentro destes macro-universos.

Da busca pelas contradições é possível encontrar o par globalização/fragmentação. De uma maneira geral, a emergência do pensamento marxista dá a essa questão elementos para pensar num possível fim da região, pois ao passo que o mundo se globaliza, ou seja, se torna cada vez mais homogêneo, a fragmentação que acompanha contraditoriamente esse processo revelaria as questões da localidade, assim a região e as regionalizações perderiam o sentido, pois estas seriam substituídas pelas reflexões localizadas entre estes dois elementos. No entanto, a região resiste sob outras formas e utilizando outros recursos, é preciso se debruçar sobre a questão operacionando bem o jogo de escalas. O que é preciso entender são os novos arranjos regionais possíveis. Retornaremos esta questão no “item f”.

E) Região do Poder

A região do Capital não nega a região do poder, em alguma medida elas se complementam. Fundamentalmente as regiões do poder podem ter uma variação maior de abordagens teóricas, ou seja, não estão atreladas apenas a uma leitura materialista, histórica e

dialética herdeira das reflexões marxistas, entretanto não as nega. As abordagens pela temática do poder casam completamente com a Geografia Crítica.

Reflexões como as de pensadores como Hannah Arendt, Michel Foucault, Michel de Certeau, Paul Claval, Claude Raffestin e Yves Lacoste são fontes ricas de elementos para pensar a política e a construção de redes de poder transformando o espaço e construindo conexões regionais que se explicam para além das relações econômicas, entendem a força do Estado, mas também as relações de poder em trama miúda.

Em uma leitura geral sobre este tipo de região, Fonseca (1999) comenta sobre a importância de Paul Claval para a construção das análises geográficas sobre as esferas do poder na história da humanidade para assim entender qual o sentido da construção das sociedades.

(...) o trabalho de Claval (1979) é indispensável para quem se interessa pelo tema da análise política da região. O autor estuda, historicamente, as raízes e dimensões do poder puro e complexo, desde as sociedades arcaicas até os dias atuais, na tentativa de melhor compreender a arquitetura espacial das sociedades (FONSECA, 1999, p. 96).

As reflexões de Raffestin (1993, p. 51-52) sobre o poder dá conta de percebê-lo em uma base multidimensional, ou seja, “o poder é parte intrínseca de toda relação. [...] o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares” e se camufla entre a exterioridade presente nas relações sociais e as camadas invisíveis possíveis a partir da sua materialidade²¹.

Em uma tessitura complexa que envolve o papel do Estado e as construções sociais diferentes do Estado, Raffestin vai montando as relações entre o território e as esferas de poder a fim de mostrar os sentidos da Geografia Política que envolve a todos, chegando mesmo a pensar que no lugar dela deveria emergir uma Geografia do Poder, essa permitiria entender as configurações de poder nas quadrículas impostas e isso pode ajudar a fazer emergir o sentido da região. Para Raffestin toda a construção regional, territorial tem um sentido, não são naturais e não podem ser naturalizadas²².

Defender a região, defender o local "é talvez uma simples busca de sentido. Esse trunfo não deve mais ser recebido numa acepção filosófica ou psicológica, mas como uma questão referente à relação da sociedade para com os indivíduos, ao consentimento dos indivíduos em pertencer a tal sociedade". É a descoberta de que primeiro se pertence a um território lato sensu, para depois se pertencer a uma sociedade. Eis todo o problema da territorialidade (RAFFESTIN, 1993, p. 168).

A região do poder, em Raffestin, em uma das leituras possíveis, revelaria as tramas da desterritorialização e com isso estas tessituras entrariam em choque com o discurso do Estado,

numa tentativa de deslegitimar a fragmentação imposta pela força que controla os sentidos da organização da vida.

Para Yves Lacoste (2005), a região, na Geografia, passou por um período de naturalização das forças impositivas do Estado eliminando a possibilidade de uma construção autêntica do sentido da região, principalmente no que tange à região pensada por Vidal de la Blache, segundo Lacoste, havia um conteúdo preenchido de geografismos²³ que impossibilitava a construção social do sentido de região, sendo a mesma o resultado das imposições da racionalidade do Estado.

Em Lacoste o sentido da região é fundamentalmente político, por isso está relacionado a um jogo de poder e a elementos que não podem ser naturalizados, porque do contrário se tornam ingênuos e perdem a sua potencia explicativa.

Enquanto seria politicamente mais sadio e mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política (etmologicamente, região vem de regere, isto é, dominar, reger), os geógrafos acreditam na ideia de que a região é um dado quase eterno, produto da geologia e da história. Os geógrafos, de algum modo, acabaram por naturalizar a ideias de região: não falam eles das regiões calcáreas, de regiões gramíticas, de regiões frias, de regiões florestais? Eles utilizam a noção de região, que é fundamentalmente política, para designar todas as espécies de conjuntos espaciais, quer sejam topográficos, geológicos, climáticos, botânicos, demográficos, econômicos ou culturais (LACOSTE, 2005, p. 36).

É capital entender que a região em Lacoste representa a possibilidade da contradição entre o Estado-nação e o local, a região revela as impossibilidades de diálogo e quebra as homogeneizações naturalizadoras que inibem a emergência de uma pluralidade na construção das relações sociais.

F) Análise regional da contemporaneidade

Ao se estabelecer uma viagem histórica pelas diversas maneiras de entender a materialização da região percebemos que estas formas de pensar o recorte espacial não são restritas aos momentos históricos ao qual elas estão, sistematicamente, vinculadas. Concordamos com Haesbaert (2005, p. 10) quando ele reflete que “uma única grande linha de interpretação não dá conta do atual contexto “regional” mundial. [... Os] conceitos se pretendem excessivamente genéricos”.

Observando as tentativas contemporâneas de analisar a região é possível perceber propostas coerentes em muitas direções, mas a totalidade delas não apresenta uma via única possível que dê conta de abarcar a diversidade de comportamentos existentes. Parece-nos

bastante evidente que o modo de produção, com sua condição inegável, de flexibilidade, cheio de uma carga desigual, com áreas subalternizadas na medida em que se ajusta o foco do jogo escalar. Essa possibilidade e necessidade de aproximar e afastar os fenômenos sociais nos fez enxergar que a questão regional se dá sempre de forma relacional. Quanto a isso não há nenhum avanço e não se diz nenhuma novidade, o que parece ser uma condição contemporânea é a possibilidade de áreas diferentes jogar em contextos regionais semelhantes e de áreas semelhantes configurarem contextos regionais diferentes. O zoom analítico e a mobilidade dos vários pontos de vista nos coloca um problema que não foi superado, nem pelos pós-estruturalistas, nem muito menos pelos pós-colonialistas. Tampouco se trata em reduzir tudo no guarda-chuva da complexidade, não é isso.

O mundo contemporâneo permite desde o resgate das formulações da região natural até as reflexões acerca da emergência de uma região-rede em que a conexão regional esteja assentada nas relações do modo de produção ou nas relações sociais realizadas a partir do modo de produção, ou até mesmo nos tecidos simbólicos da construção de identidades regionais a partir da reorganização de imaginários. Cada região aparece como um dado de realidade vinculada aos processos que influenciam na sua construção²⁴.

Não é condição do mundo atual existir por coesões ou padrões gerais de comportamento, ainda que haja uma força que tenta formatar as ações no mundo, ela é incapaz de formatar os comportamentos sociais e a maneira de incorporar as inovações produtoras dos objetos técnicos. Talvez sejamos muito semelhantes no que tange aos padrões de consumo, mas cada contexto impõe uma marca própria. Além disto, existe a já clássica questão do par oposto da globalização, a fragmentação, quer seja no plano dos circuitos produtivos, quer seja como símbolos localizados das resistências às imposições pasteurizadoras impregnadas em cada sistema complexo que nos é imposto globalmente. Sob este signo a região e a ação regionalizadora poderiam ser o terceiro termo do processo dialético de construção do mundo, emergindo como o lugar da manutenção das particularidades coletivas, não negando no seu interior os mesmos problemas e conflitos pertinentes ao conflito global/local.

Para seguir animando a necessidade de ampliar o debate e as reflexões, Haesbaert (2005, p. 11) sugere alguns temas que frequentam a nossa pauta de questões regionais na contemporaneidade.

– o acirramento das desigualdades econômicas, nas mais diferentes escalas, o que implica discutir, apesar da polêmica que o termo envolve, os níveis de “exclusão”

inter-regional; – a reconstrução permanente das diferenças culturais no e através do espaço, com sua (re)produção e/ou (re)invenção não só para fortalecer movimentos sociais (como os regionalismos) e reafirmar identidades mas também para inserir regiões de modo mais enfático no “mercado global de regiões”. – a crise de gestão à escala nacional e a conseqüente recolocação do problema das autonomias regionais, refazendo-se as relações entre os níveis local, regional em sentido estrito, estatal-nacional e global. – a dificuldade de estabelecer “recortes” ou delimitações regionais claras num mundo que sobrepõe ou alterna distintas lógicas espaciais, ordenamentos e desordenamentos.

É preciso então agir no sentido de contemplar estes elementos para construir reflexões mais sólidas em relação à região e ao ato de regionalizar, entendendo a inevitabilidade da incorporação da escala como elemento para mediar as reflexões. Não há esforço real na contemporaneidade que não esbarre nestas temáticas, por isso não se trata de fechar metodologias, mas se criar um arsenal cada vez mais robusto para entender os sentidos da transformação espacial e por isso social e com isso entender as formas pela quais a região se apresenta no plano do real.

É preciso aproximar, sem dúvidas, a região dos processos sociais de produção do espaço e assim entender as dinâmicas que emergem da construção da própria sociedade. Por isso há uma enorme chave de interpretação no entendimento do jogo de poder e nas tessituras multi-escalares que compõem os territórios e os cenários pelo qual a região se apresenta como um novo elemento possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região como um conceito central da Geografia, assim como qualquer conceito que se constrói ao longo do processo e evolução histórica de uma ciência passa por um processo inicial de significação e segue constantes ressignificações em busca da adaptação necessária aos novos tempos, às novas abordagens e ao movimento de transformação da vida.

Mesmo sendo tensionado e completamente reconfigurado desde a sua primeira aparição na ciência geográfica até a sua abordagem mais contemporânea, o conceito de região e a sua ação real concreta, a regionalização apresentam, talvez, o sentido do fazer geográfico, pois, como defendeu Haesbaert (1999), parece que a grande questão da Geografia está em reconhecer a sua vocação para realizar sínteses das ações resultantes da relação sociedade natureza em suas mais complexas materializações.

Longe de querer encerrar a Região em uma abordagem singular e por isso naturalizada das ações do homem na terra, é preciso considerar a contradição posta a partir do modo de

produção que levou a sofisticação das técnicas e das tecnologias a ponto de, em associação com outras características, flexibilizar as etapas do modo de produção, de encurtar a distância através da compressão espaço temporal, apontada por Harvey e de revelar o dilema de regionalizar a despeito de uma força globalizadora que tenta homogeneizar o mundo e ao mesmo tempo fragmenta o local, quase que, num olhar desatento, inviabilizando a regionalização como uma estância de entendimento da organização e realização da vida e dos processos de reprodução da sociedade.

Encontrar os sentidos frente esses cenários complexos é um dos nossos desafios e sem dúvidas o resgate do sentido do que é a região e como se dá o processo de regionalização da contemporaneidade põe mais elementos para ajudar na compreensão do mundo. Uma das aplicabilidades do conceito de região é ajudar-nos a localizar o nosso lugar como agentes ativos no processo de reprodução da vida, entendendo os contextos que nos abraçam e qual a nossa projeção para auxiliar na superação das barreiras e dos constrangimentos sociais.

NOTAS

1 - “Na realidade, o que marca a trajetória do conceito de “região” é uma grande polissemia, a começar pela grande amplitude que a noção adquire no senso comum. Essa polissemia e/ou ambiguidade do termo região fica muito clara nas próprias definições reconhecidas por grandes dicionários, como o Oxford English Dictionary. Ali encontramos mais de sete grandes concepções de região, algumas delas ainda subdivididas. Este dicionário define genericamente região como “direction, line, boundary, quarter, district, etc.” [direção, linha, limite, quarteirão, distrito, etc.], proveniente do antigo verbo “regere”, “to direct” (dirigir, no sentido de indicar a direção), que no inglês antigo estava associado também a “to rule” – comandar, governar” (HAESBAERT, 2005, p. 2).

2 - Seguindo o caminho apontado por Haesbaert fomos buscar os significados do termo região na versão online do dicionário brasileiro Houaiss, encontramos na língua portuguesa 11 variações para o termo, quais sejam: “1 vasta extensão de terreno; 2 grande extensão de terreno ou território dotado de características que o distinguem dos demais; 2.1 território cuja extensão é determinada seja por uma unidade administrativa ou econômica, seja pela similitude do relevo, do clima, da vegetação, seja pela origem comum dos povos que o habitam; 3 grande extensão de um país ou de uma superfície terrestre; 4 biogeográfica área, faixa ou parte de uma paisagem caracterizada por vida vegetal ou animal uniforme, semelhante ou proximamente correlacionada; zona cf. região biogeográfica; 5 biogeográfica qualquer grande território mundial caracterizado por um alto percentual de flora ou fauna endêmica cf. região biogeográfica; 6 fitogeográfico conjunto de províncias que apresentam vegetação semelhante em aspecto ou fisionomia; 7 anatômica parte do corpo com limites mais ou menos precisos; 8 mar porção de uma superfície (ou do espaço) limitada por linhas (ou por superfícies); 9 cada uma das partes em que se divide a atmosfera; 10 cada um dos espaços ou zonas celestes; 11 cada uma das camadas em que está dividida a sociedade, a política, a ciência, as artes etc”.

3 - “O campo de discussão do conhecimento científico reconhece as tensões e as linhas de pensamentos concorrentes, interpretando o movimento da bifurcação, da ruptura, da convergência, dos nós e das descontinuidades presentes nesse movimento [...]. Isso demonstra que a ciência traduz-se na

história das relações sociais, pelo confronto entre a hegemonia de um paradigma sobre o outro, envolvendo os consensos/dissensos e as rupturas por uma atualidade sempre renovada” (MARCON, 2012, p. 30-31).

4 - “(...) buscamos um fio condutor não reducionista e não linear para explicar o processo de construção da região, fundado na diversidade territorial, que se manifesta sob uma óptica multidimensional e multiescalar, pois encerra complexas questões relativas ao poder como elemento determinante na estruturação do espaço. Essa forma espacial representa períodos articulados em rede de relações, experiências e entendimentos sociais, cujos limites não são contíguos, são porosos, instáveis, mudam conforme a estratégia de ação, os interesses e as possibilidades dos atores sociais” (MARCON, 2013, p.30).

5 - “Na antiguidade, as regiões foram sendo construídas por meio de processos orgânicos expressos através da territorialidade absoluta de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade, exclusividade e limites, devido à única presença desse grupo sem outra mediação (SANTOS, 1997). A diferença entre áreas se devia a essa relação direta com o entorno que, mediante contatos comerciais, migrações e conquistas, assume ritmos distintos, às vezes de forma intensa e profunda, em outras, de forma extremamente lenta, em decorrência da forma de produção existente em um determinado momento histórico (LEITE, 1994)”. (MARCON, 2012, p. 33).

6 - “No contexto do pensamento geográfico, entendo que cinco concepções de região prevaleceram: região singular, região como classe de áreas, região de vivência, região do capital e região do poder. Mesmo correndo o risco de fazer uma abordagem linear e, conseqüentemente, sem enfatizar todos os nomes que estudaram a referida temática, valorizei aqui uma abordagem evolutiva do conceito de região” (FONSECA, 1999, p. 90).

7 - “Os geógrafos supracitados aderem a uma concepção geral comum segundo a qual a influência das condições ambientais sobre o estabelecimento humano é mediada pela própria ação humana. A partir desse postulado, ambos vão elaborar geografias regionais e políticas que, no plano teórico, são amplamente convergentes. Por conseguinte, defendem que, subjacente à criação do Estado, a diferenciação regional e a solidariedade inter-regional dependem de uma dinâmica geográfica determinada, ao mesmo tempo, pela capacidade técnica das sociedades humanas, pelas condições naturais nas quais elas evoluem e pela intensidade das trocas entre uma sociedade e seus vizinhos” (MERCIER, 2009, p. 17).

8 - “Quando se comparava a obra de Paul Vidal de la Blache (1845- 1918) com a de Friedrich Ratzel (1844-1904), tinha-se o costume de opor o “possibilismo” do primeiro ao “determinismo” do segundo. Tal oposição provém, em larga medida, do comentário partidário de Lucien Febvre (1922) que, para melhor condenar os presumidos erros de Ratzel, caricaturou seu pensamento confinando-o a algumas sentenças lapidárias revestidas sob o pejorativo título de “determinismo”. Inversamente, para garantir o triunfo de Vidal sobre Ratzel, atribui ao francês a paternidade de uma doutrina — o “possibilismo” — cuja principal qualidade era, justamente, invalidar o falacioso determinismo. Porém, de tanto querer pôr os dois geógrafos um contra o outro, Febvre não fez justiça nem a um e nem a outro” (MERCIER, 2009, p. 7).

9 - “Ratzel aponta que, para compreender o Homem [...] é preciso remeter-se constantemente ao seu Lebensraum, definido como “a superfície da área geográfica requerida para suportar espécies vivas em seu tamanho populacional atual e seu modo de vida”. Partindo desse princípio geral, Ratzel considera que toda sociedade humana sofre a influência do meio natural no qual se estabelece. De acordo com essa lei fundamental, a Geografia ratzeliana estipula que a diversidade das condições naturais é um fator determinante na diferenciação das paisagens humanizadas: “Com incontáveis formas e configurações, a Terra oferece milhares de possibilidades à vida, mas também milhares de restrições”. “Uma vez dada a existência de regiões naturais e limites naturais, é compreensível que surjam da própria Terra forças restritivas e coesivas que se oponham à dispersão ilimitada de uma vida sem

formas”. Quando a humanidade era tecnicamente pouco desenvolvida, as sociedades humanas não dispunham de poderosos meios técnicos para estender seus domínios sobre vastos territórios. Ademais, em virtude de aptidões técnicas pouco diversificadas, cada grupo se adaptaria mais facilmente a uma região homogênea que correspondesse especificamente às suas próprias habilidades. Por isso, toda comunidade pouco desenvolvida seria forçada a limitar sua implantação a uma única região natural. Segundo o argumento do geógrafo alemão, esse confinamento geográfico típico de civilizações primitivas favorece a fragmentação política. Mais submetidas às condições e obstáculos naturais, as entidades políticas teriam, como tendência, permanecerem pequenas, múltiplas e, geralmente, isoladas” (MERCIER, 2009, p. 17-18).

10 - Para ampliar os conhecimentos sobre as regiões naturais ler HERBERTSON, A. *The major natural regions: an essay in systematic geography*. Geographical Journal, março, 1905.

11 - “O estudo dum grande território, como o do Brasil, segundo os métodos da Geografia Moderna, exige, como condição de êxito, a sua divisão em unidades menores, as chamadas “regiões naturais”. Desde que o país não apresenta homogeneidade de aspectos, é forçoso estudá-lo por partes, nos seus pormenores, para efetuar-se posteriormente a síntese final. Afim de realizar-se trabalho fecundo em resultados, é mister, porém, que tais partes não sejam escolhidas arbitrariamente, mas sim que obedeam à disposição determinada pela natureza, de modo que cada uma delas apresente uma certa unidade de conjunto, resultante da correlação entre os diversos fatos geográficos que nela se observem. É este o problema fundamental da Geografia Regional e podemos mesmo afirmar com Lucien Febvre: “não há problema mais importante, em Geografia, do que o problema das divisões” (GUIMARÃES, 1942, p. 3).

12 - Para Vidal, “a individualidade geográfica” do Estado francês não pode, portanto, ser deduzida das condições naturais: “Isso não é algo dado de antemão pela natureza”. Igualmente, a unidade francesa não seria o resultado do arbítrio político e histórico. Ela repousaria sobre uma razão geográfica profunda, de acordo com os próprios princípios que guiam as relações fundamentais entre o Homem e a Natureza. (MERCIER, 2009, p. 27).

13 - “Para Hettner a geografia não seria nem ideográfica nem nomotética. Era ambas. A essência da geografia estaria no estudo das diferenciações da superfície terrestre. Assim afirmou a vertente corológica da disciplina geográfica, ou seja, o estudo regional. A região não era auto evidente. Os limites regionais são consequentes de um exercício intelectual, uma construção intelectual do observador” (LENCIONI, 1999, p. 189).

14 - “a região é uma área de localização específica, de certo modo distinta de outras áreas, estendendo-se até onde alcance essa distinção” (HARTSHORNE, 1978, p. 138).

15 - A região é “um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1986, p. 32).

16 - François Perroux foi um dos poucos economistas europeus do pós-guerra que se dedicou à análise das atividades econômicas relacionadas ao espaço, tendo provocado, a partir de suas constatações sobre polos de crescimento, um debate bastante amplo e disseminado sobre o assunto (BREITBACH, 1988, p. 34).

17 - “A análise de Perroux segue identificando três tipos de espaços econômicos: como conteúdo de um plano, como conjunto homogêneo e como campo de forças. O espaço como conteúdo de um plano é definido como o “(...) conjunto de relações estabelecidas entre a empresa e, por um lado, os fornecedores de ‘input’ (matéria-prima, mão de obra, capitais) e, por outro lado, os compradores de ‘output’ (compradores intermediários, compradores finais)”. O espaço econômico considerado foge,

por conseguinte, a qualquer possibilidade de representação cartográfica” (PERROUX,1967 apud BREITBACH, 1988, p.150).

18 - A consciência, valores e atitudes frente ao seu espaço circundante expressam representações absorvidas no cotidiano, chegando a criar um elo de afetividade entre o homem e o lugar (TUAN, 1980). Portanto, a região é onde o homem está integrado, ambientado. É onde expressa seus desejos, aspirações e afeições, e emite juízos. É o universo do indivíduo, visto enquanto espaço de vivência (FREMONT, 1980; TUAN, 1980, 1993). Mesmo assim, para Fremont (1980, p. 17) este “espaço vivido”, em toda sua espessura e complexidade, aparece assim como revelador das realidades regionais; essas têm, certamente, componentes administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos. A região seria, dessa forma, resultante de múltiplos processos, nos quais a dimensão psicológica tem um papel relevante (FONSECA, 1999, p. 93).

19 - (...) “o afastamento da Geografia das discussões sobre os problemas sociais vivenciados pela sociedade inquieta os geógrafos. Os defensores de uma postura crítica debatiam o aprofundamento das relações sociedade e natureza, com base na realidade social, ou seja, um comprometimento maior da ciência geográfica com as questões sociais” (MARCON, 2012, 34-35).

20 - “A região pode ser vista como uma totalidade social (DUARTE, 1980). Para tanto, o autor avança além das abordagens puramente econômicas, centra-se nas dimensões superestruturais, buscando a interação entre os dois níveis. A região seria “uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social” (FONSECA, 1999, p. 94-95).

21 - Logo de início destacaremos a ambiguidade do termo poder, mesmo que seja só porque pode ser escrito com maiúscula ou com minúscula. Portanto ele não é um nome comum ordinário, uma vez que podemos investi-lo ou privá-lo de uma carga expressiva específica, conforme as circunstâncias. Marcado por uma maiúscula, resume a história de nossa equiparação a um "conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado (RAFFESTIN, 1993, p 51).

22 - Não, os limites não são nem inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários. Ainda não nos persuadimos o bastante disso. Eles fazem parte do nosso jogo de reprodução social: produção, troca, consumo. [...] E basta nos debruçarmos sobre as quadriculas imaginadas para facilitar, aqui e ali, as atividades sociais, para sabermos que elas são bem ou mal vividas, dão lugar a relações simétricas ou dissimétricas. Esses fenômenos, bem conhecidos, são observáveis tanto nas regiões fronteiriças como no interior dos países. É exatamente porque são vividos que os limites participam da territorialidade (RAFFESTIN, 1993, p. 164).

23 - A consagração pelos geógrafos da região-personalidade, organismo coletivo ou minimização da região-personagem histórica, forneceu a garantia, a própria base, de todos os geografismos que proliferam no discurso político. Por “geografismos” eu entendo as metáforas que transformam em forças políticas, em atores ou heróis da história, porções do espaço terrestre (LACOSTE, 2005, p. 35).

24 - “Na verdade, o que vigora é um processo extremamente complexo em que, dependendo da área à qual estamos nos referindo, deve-se considerar a dominância de determinados processos. Por exemplo: - áreas em que ainda domina a forte relação dos grupos culturais com seu ambiente físico-natural é possível falar na reconfiguração de regiões no estilo lablacheano através de concepções inovadoras como a das bio-regiões, regiões contínuas e integradoras no sentido de manifestarem ou de buscarem uma relação mais coerente entre o usufruto social e os recursos do meio; - em áreas altamente urbanizadas e globalizadas o mais adequado é trabalhar com conceitos como o de cidade-região global, em que o nível de conurbação faz com que as áreas urbanizadas de algum modo se confundam com a própria região, a rede urbana sendo vista não apenas em sentido hierárquico, como nas regiões funcionais urbanas clássicas, mas também em sentido complementar, reconhecendo-se ainda a

hierarquia não entre cidades, mas entre redes de cidades, complementarmente articuladas (HAESBAERT, 2005, p. 9-10).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora Atlas, 1987.
- BREITBACH, Áurea Côrrea de Miranda. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatísticas Siegfried Emanuel Heuser, 1988.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- CLAVAL, Paul. *Evolución de la Geografía Humana*. Barcelona: Oiko-Tau, 1981.
- _____. *Terra dos homens: A geografia*. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. *Terra dos homens: A geografia uma apresentação*. In: Revista GeoUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 29, p. 80-86, 2011.
- FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. *O Ensino de Geografia e o conceito de Região*. In: Plures Humanidades, Ribeirão Preto, ano 2, n. 1, 180-195, 2001.
- FONSECA, Antonio Angelo Martins da. *Em torno do conceito de região*. In: Sitientibus, Feira de Santana, n. 21, jul/dez, p. 89-100, 1999.
- HERBERTSON, A. *The major natural regions: an essay in systematic geography*. Geographical Journal, março, 1905.
- GOMES, Paulo César da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. *A divisão regional do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.
- HAESBAERT, Rogério. *Região, Diversidade Territorial e Globalização*. In: GEOgraphia, n. 1, ano 1, jun., 1999. p. 15-39.
- _____. *Região: Trajetos e Perspectivas*. In: Primeira Jornada de Economia Regional Comparada. Porto Alegre: FEE/RS, 2005.
- HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1978.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas : Papirus, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *Logica Formal, Logica Dialectica*. Madrid: Siglo XXI de España editores, 1970.
- _____. *A produção do espaço Urbano*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. (trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana”) do original: *La production de l’espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000*). (Texto não publicado).
- LENCIONI, Sandra. *Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- MARCON, Maria Teresinha de Resenes. *A ressignificação do conceito de região*. In: Expressões Geográficas: Revista Eletrônica dos Estudantes de Geografia da UFSC, n. 8, ano VIII, p. 29-51. Florianópolis, agosto de 2012.
- MERCIER, Guy. *A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache*. In: Revista Geographia, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, vol. 11, n. 22, 2009.

- MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Geografia: Pequena História Crítica*. São Paulo: Annablume, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegias para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PALACIOS, L. *El concepto de región: La dimensión espacial de los procesos sociales*. In: *Revista Interamericana de Planificación*, Mexico, n. 66, vol. XVII, jun., 1983.
- RAFFESTIN, Claude. *Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997. (versão eletrônica).